de formação pós-graduada, na divulgação dos cursos de formação pós-graduada existentes, no apoio logístico e no acompanhamento dos cursos de formação pós-graduada.

Artigo 7.º

Casos omissos

Os casos omissos e as dúvidas de interpretação serão resolvidos por despacho do presidente do IPL, por iniciativa própria, ou sob proposta do director do INDEA.

(*) Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto.

(**) Homologados pelo Despacho Normativo n.º 37/95, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 177, de 2 de Agosto de 1995, com as alterações introduzidas pelos Despachos Normativos n.ºs 41/2001, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 244, de 20 de Outubro de 2001, 38/2004, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 206, de 1 de Setembro de 2004, e 6/2006, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 25, de 3 de Fevereiro de 2006.

29 de Novembro de 2006. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

Regulamento n.º 224/2006

Por deliberação do conselho geral do Instituto Politécnico de Leiria (IPL), reunido em 18 de Outubro de 2006, foi aprovado, com um voto contra, o seguinte regulamento:

Regulamento da UED — Unidade de Ensino a Distância

Preâmbulo

O ensino a distância, mediante o recurso aos *multimedia* e às novas tecnologias, constitui, nos termos dos artigos 19.º e 24.º da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto), uma modalidade especial de educação escolar.

Tendo em vista o desenvolvimento de projectos de ensino a distância, foi criada a UED — Unidade de Ensino a Distância, adiante designada por UED, nos termos do despacho n.º 8295/2002 (2.ª série), de 27 de Março, do Ministro da Educação, e do artigo 7.º, n.º 6, dos Estatutos do Instituto Politécnico de Leiria (homologados pelo Despacho Normativo n.º 37/95, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 177, de 2 de Agosto de 1995, com as alterações introduzidas pelos Despachos Normativos n.ºs 41/2001, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 244, de 20 de Outubro de 2001, 38/2004, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 206, de 1 de Setembro de 2004, e 6/2006, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 25, de 3 de Fevereiro de 2006).

A UED tem como finalidades:

- Dinamizar a criação de formação a distância no seio do IPL de forma inovadora, fomentando a utilização de novas formas de ensino, aprendizagem e partilha de conhecimento, recorrendo ao uso das mais recentes tecnologias de informação e comunicação;
- Implementar e coordenar todos os projectos de ensino a distância que envolvam as escolas do IPL, aproveitando as sinergias existentes entre elas e racionalizando a utilização dos recursos humanos e financeiros;
- Promover a investigação, desenvolvimento e inovação na área do ensino a distância.

O presente documento visa definir a forma de organização da UED.

Estrutura orgânica

Artigo 1.º

Órgãos

1 — A estrutura orgânica da UED será assegurada pelos seguintes órgãos:

- Conselho técnico-pedagógico;
- Director;
- Unidades de suporte;
- Comissões de curso.

2 — A UED depende directamente da presidência do Instituto Politécnico de Leiria (IPL).

Artigo 2.º

Conselho técnico-pedagógico

1 — Constituem o conselho técnico-pedagógico:

- O presidente do IPL ou vice-presidente do IPL com esta competência delegada, que preside ao conselho técnico-pedagógico;
- Um representante de cada um dos conselhos directivos ou directores das escolas;
- O director da UED;
- O director do INDEA — Instituto de Investigação, Desenvolvimento e Estudos Avançados;
- O director do FOR.CET — Centro de Formação para Cursos de Especialização Tecnológica.

2 — Compete ao conselho técnico-pedagógico:

- Definir as linhas gerais da acção da UED;
- Dar parecer sobre a criação de novas unidades de suporte;
- Aprovar o plano de actividades e orçamento, assim como o relatório anual de actividades;
- Propor alterações ao presente Regulamento;
- Decidir sobre quaisquer outras matérias que digam respeito à UED.

3 — O conselho técnico-pedagógico reúne em sessão ordinária duas vezes por ano e em sessão extraordinária sempre que necessário, a convocação do presidente do IPL ou do vice-presidente do IPL com esta competência delegada. De cada reunião será elaborada uma acta, sucinta, com todos os assuntos tratados.

4 — Para a aprovação de cursos de pós-graduação e de unidades curriculares dos cursos de graduação, a composição do conselho técnico-pedagógico referido no n.º 1 é alargada aos presidentes dos conselhos científicos das escolas.

Artigo 3.º

Director

1 — O director da UED é nomeado pelo presidente do IPL, sendo responsável pela coordenação das actividades da UED.

2 — Compete, designadamente, ao director da UED:

- Elaborar o plano de actividades e o orçamento;
- Elaborar o relatório anual de actividades;
- Gerir os recursos humanos e materiais colocados à disposição da UED;
- Propor ao presidente do IPL a realização de despesas e auto-liquidação de pagamentos;
- Promover a avaliação das actividades da UED.

3 — Pelo exercício do cargo o director da UED auferirá como retribuição a sua remuneração mensal, acrescida do suplemento devido nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 388/90, de 10 de Dezembro.

Artigo 4.º

Unidades de suporte

1 — As unidades de suporte têm por missão dar apoio técnico e pedagógico em todo o processo de criação e implementação de cursos na área de intervenção da UED.

2 — As unidades de suporte da UED, sem prejuízo de outras que possam vir a ser criadas, são as seguintes:

- Unidade de informática e desenvolvimento, que assegurará a implementação e manutenção de toda a infra-estrutura, tanto a nível do *hardware* como do *software*, da UED. Esta unidade será também responsável pelo apoio técnico ao funcionamento de cada curso;
- Unidade didáctico-pedagógica, que será a responsável pela preparação, numa perspectiva pedagógica e didáctica, em formato *multimedia*, dos conteúdos do curso que se pretende oferecer à distância;
- Unidade de *design* de comunicação e informação, que terá a responsabilidade de colocar os conteúdos preparados pela unidade didáctico-pedagógica no formato *multimedia* e no registo gráfico mais adequado para cada curso.

Artigo 5.º

Comissão de curso

1 — Para cada curso será constituída uma comissão de curso, que integrará:

- O director da UED;
- Elementos de cada uma das unidades de suporte;
- Um coordenador de curso;
- Os professores responsáveis pelos conteúdos do curso;
- A equipa de tutores.

2 — O coordenador de curso será responsável pela gestão de todo o projecto de formação.

3 — A equipa de tutores é constituída por docentes da área científica das unidades curriculares/disciplinas. A função dos tutores é apoiar e acompanhar todo o processo formativo do aluno, nomeadamente esclarecer dúvidas, mediar conflitos, orientar, estimular e dinamizar a formação.

Artigo 6.º

Casos omissos

Os casos omissos e as dúvidas de interpretação serão resolvidos por despacho do presidente do IPL, por iniciativa própria ou sob proposta do vice-presidente do IPL com esta competência delegada, e do director da UED.

29 de Novembro de 2006. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

Regulamento n.º 225/2006

Por deliberações do conselho geral do Instituto Politécnico de Leiria (IPL), reunido em 18 de Outubro de 2006 e em 23 de Novembro de 2006, foi aprovada, com um voto contra, a alteração ao Regulamento do FOR.CET — Centro de Formação para Cursos de Especialização Tecnológica, regulamento n.º 23/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, de 15 de Março de 2005.

Alteração do Regulamento do FOR.CET — Centro de Formação para Cursos de Especialização Tecnológica

Preâmbulo

O presente documento regula a implementação dos cursos de especialização tecnológica (CET) no Instituto Politécnico de Leiria (IPL).

Os CET são cursos pós-secundários não superiores que visam a aquisição do nível 4 de formação profissional, tal como definido pela Decisão n.º 85/368/CEE, do Conselho, de 16 de Julho, publicada no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 199, de 31 de Julho de 1985. O nível 4 de formação profissional obtém-se através da conjugação de uma formação secundária, geral ou profissional, com uma formação técnica pós-secundária.

Para o efeito, o conselho geral do IPL criou, em 19 de Fevereiro de 2004, o FOR.CET — Centro de Formação para Cursos de Especialização Tecnológica, adiante designado por FOR.CET, que é uma unidade de formação que tem por principal missão a dinamização e implementação de formações pós-secundárias.

O FOR.CET tem como finalidade:

- Dinamizar a criação de formação pós-secundária no seio do IPL;
- Implementar e coordenar todas as formações pós-secundárias que envolvam as escolas do IPL e outras entidades com as quais tenham sido estabelecidas parcerias específicas para o efeito;
- Promover o estudo e a investigação no âmbito da formação profissional.

Face à experiência adquirida com a leccionação dos CET, à expansão da oferta formativa do IPL e à publicação do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio, torna-se necessário introduzir algumas alterações que visam tornar esta unidade mais funcional.

Estrutura orgânica do FOR.CET

Artigo 1.º

Órgãos

A estrutura orgânica do FOR.CET será assegurada pelos seguintes órgãos:

- Conselho técnico-pedagógico;
- Director do FOR.CET;
- Directores de curso.

Artigo 2.º

Conselho técnico-pedagógico

1 — Constituem o conselho técnico-pedagógico:

- O vice-presidente do IPL, com esta competência delegada, que preside ao conselho técnico-pedagógico;
- O director;
- Um representante dos conselhos directivos ou direcção de cada uma das Escolas;
- Os directores de cada um dos CET.

2 — Compete ao conselho técnico-pedagógico:

- Aprovar o regulamento de funcionamento dos CET;
- Organizar e oferecer os cursos e demais actividades de formação;
- Elaborar e aprovar as propostas dos cursos e demais actividades de formação, a submeter à apreciação do conselho de gestão científica;

d) Definir anualmente critérios de selecção de alunos e organizar o processo de recrutamento e selecção dos mesmos;

e) Propor à presidência do IPL a criação de melhores condições de funcionamento organizativo e pedagógico;

f) Promover a realização de estudos e propostas tendentes a melhorar a qualidade da formação;

g) Definir a política de recrutamento dos formadores.

3 — O conselho técnico-pedagógico poderá funcionar em plenário, em comissão permanente e em comissões especializadas.

4 — O plenário do conselho técnico-pedagógico reúne em sessão ordinária no final de cada trimestre e em sessão extraordinária sempre que necessário. Para assuntos relacionados exclusivamente com o funcionamento dos CET, o conselho técnico-pedagógico poderá reunir apenas com os directores de curso, sendo dispensada a presença dos representantes das Escolas. De cada reunião será elaborada uma acta, sucinta, com todos os assuntos tratados.

5 — O conselho técnico-pedagógico é assessorado por um técnico superior que poderá assistir às reuniões do conselho, mas sem direito de voto.

6 — A comissão permanente integra:

- O vice-presidente do IPL, com esta competência delegada;
- O director;
- Um representante de cada Escola indicado pelos conselhos directivos ou direcção das escolas.

7 — A comissão permanente reúne sempre que necessário a convocação do vice-presidente do IPL com esta competência delegada.

8 — Uma comissão especializada integra os membros do conselho técnico-pedagógico para tal designados pelo plenário ou pela comissão permanente, podendo ainda integrá-la, mediante convite e a título consultivo, personalidades de reconhecida competência nas matérias em análise.

9 — As funções da comissão especializada, a duração do seu mandato, a natureza e executoriedade das suas decisões serão definidas no âmbito da deliberação que determina a sua constituição.

10 — As comissões especializadas serão presididas pelo director do FOR.CET.

11 — Das deliberações que venham a ser tomadas nas comissões especializadas cabe recurso para o plenário do conselho técnico-pedagógico.

12 — Os regulamentos só produzem efeitos após a sua homologação pelo presidente do IPL.

Artigo 3.º

Director

1 — O director do FOR.CET é nomeado pelo presidente do IPL, sendo responsável pela coordenação das actividades do FOR.CET.

2 — Compete, designadamente, ao director do FOR.CET:

- Planificar as actividades curriculares;
- Planificar as actividades extracurriculares de desenvolvimento e integração comunitárias;
- Promover a selecção dos formadores e propor a sua contratação;
- Promover o cumprimento dos planos e programas de estudos;
- Garantir a qualidade de ensino;
- Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos formadores e alunos do FOR.CET;
- Aprovar os planos de estágio apresentados pelos directores de curso;
- Em colaboração com o conselho técnico-pedagógico levar ao conhecimento dos órgãos competentes do Instituto a detecção de novas necessidades de formação.

3 — Pelo exercício do cargo, o director do FOR.CET auferirá como retribuição a sua remuneração mensal, acrescida do suplemento devido nos termos da alínea *i*) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 388/90, de 10 de Dezembro.

Artigo 4.º

Directores de curso

1 — Para cada um dos CET haverá um director de curso.

2 — O director de um CET é, em regra, um docente de uma das escolas do IPL de reconhecida competência técnica, científica e profissional na área do curso, sendo nomeado pelo presidente do IPL, após indicação dos órgãos de gestão das Escolas, ou pelo director do FOR.CET, quando o curso não funcione nas escolas.

3 — Compete ao director de curso:

- Zelar pelo bom funcionamento das actividades pedagógicas do curso, bem como apoiar os alunos em todo o processo de integração e prosseguimento de estudos e outras actividades desenvolvidas no âmbito do CET;